

M  
14V

ACTA DA REUNIÃO ENTRE O ME E A FENPROF

Lisboa, 10 de Novembro de 2009

Aos dez dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove reuniram na Av. 5 de Outubro, n° 107, 12° andar, em Lisboa uma delegação do Ministério da Educação (ME) e outra da Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

Pelo ME chefiou a delegação a Ministra da Educação, Isabel Veiga (Alçada), que se fez acompanhar pelo Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Alexandre Ventura, e por Helena Caniço, Célia Chamiça e Mário Pereira.

Pela FENPROF chefiou a delegação o Secretário-Geral, Mário Nogueira, que se fez acompanhar por Manuela Mendonça, António Avelãs, Joaquim Páscoa, Anabela Sotaia e Clara Torres.

A Ministra da Educação abriu a reunião com a sua própria apresentação e a da delegação do ME que a acompanhou na mesma, manifestou abertura para ouvir todos os interlocutores e referiu que a equipa ministerial tem consciência de que há coisas que pode melhorar para que o nosso país possa encontrar a linha de progresso para uma educação de maior qualidade. Referiu também que o alargamento da escolaridade obrigatória até aos doze anos de escolaridade é um aspecto muito importante para a melhoria da qualificação dos portugueses. Disse ainda que irá estudar-se a definição de metas de aprendizagem a atingir pelos alunos em cada ciclo, bem como o seu desenvolvimento por ano de escolaridade e por disciplina ou área disciplinar com vista a permitir ajustar o ensino a metas comuns e apoiar com maior segurança os diferentes percursos escolares.

O Secretário-Geral da FENPROF, depois de se ter apresentado e à respectiva delegação, cumprimentou a equipa ministerial e exprimiu o desejo de que seja possível alcançar com êxito o que não foi possível na anterior legislatura, mas já o foi em anteriores e está disponível para colaborar. Referiu ser fundamental abrir linhas de diálogo e negociação que não significam nem que o ME aceita tudo o que lhe propõe nem que recusa tudo o que lhe propõe. Considera que o sentido da negociação é construir consensos num clima efectivo de diálogo, franqueza e frontalidade.

Referiu que a conjugação de medidas da anterior legislatura com que discordavam e o clima que se foi degradando entre o ME e os Sindicatos levaram a que nunca tivesse havido, em sentido efectivo, negociação da carreira docente e do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Quanto à actual tutela ministerial exprimiui expectativas positivas que lhe vêm do facto de a Ministra ser alguém com ligação às escolas e de o Secretário de Estado ter sido Presidente do Conselho Científico para a Avaliação de Professores.

Reportando-se à intervenção da Ministra da Educação referiu que a FENPROF há muitos anos que propõe o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano e que defende o combate ao insucesso e ao abandono escolar.

O Secretário-Geral da FENPROF entregou à Ministra da Educação um dossier com a apreciação das políticas seguidas pela anterior legislatura e consagradas na legislação actualmente em vigor e com as propostas desta organização sindical relativamente a essas matérias, nomeadamente ECD e Avaliação do Desempenho Docente (ADD). Referiu que nenhuma das propostas foi tida em conta pela anterior tutela e que, para além do ECD e da ADD, há questões centrais a requerer intervenção:

- i. **Actual horário de trabalho dos professores:** foi aumentado de 20 para 22 h em alguns sectores de ensino; reduções da componente lectiva foram atrasadas em 10 anos; foi retardada a idade de aposentação; foram atribuídas mais horas de trabalho burocrático nas escolas; foram integradas reuniões na componente individual de trabalho dos docentes (e não apenas as ocasionais, como se encontra legalmente previsto) o que reduz a possibilidade de preparação pedagógica das aulas e preocupa bastante os professores; e a forma como as substituições passaram a ser organizadas (bem, numa fase inicial e depois alterando-se de forma indesejável com as regras impostas pela anterior equipa do ME).  
As regras e critérios para horários de trabalho organizados de forma pedagogicamente adequada são do âmbito do ECD, mas entendem que é rapidamente de ver o despacho que está em vigor para este ano lectivo sobre horários de trabalho, bem como as orientações da DGRHE sobre o mesmo, que consideram fazer uma interpretação incorrecta das normas, que provoca sobrecarga dos horários de trabalho nas escolas.
- ii. **Realização de um novo concurso no próximo ano:** Consideram que a duração de quatro anos é excessiva e que o concurso deverá ser anual, mas, independentemente da periodicidade consideram fundamental um concurso no próximo ano pelas seguintes razões: Nos últimos três anos não houve concursos e nos próximos quatro também não está previsto haver; a taxa de aposentação de professores é muito elevada (só no ano passado aposentaram-se 5.000 professores); além disso o número de vagas colocadas a concurso não

correspondeu às reais necessidades das escolas, pois estas pouco tempo após o concurso quadrienal tiveram necessidade de contratar, segundo o anterior SEE, 38.000 professores (estes, sendo contratados, com o inerente vínculo de instabilidade na carreira e para a própria escola). Alertaram para se poder mesmo chegar a um ponto em que temos mais professores contratados numa escola que professores do respectivo quadro. Consideram desejável que no próximo ano as escolas possam abrir lugares de quadro para os professores de que necessitam a título permanente.

- iii. **Professores de educação especial:** Alertaram para que mais de 2.500 lugares de educação especial foram suprimidos entre o fim dos destacamentos e a abertura de quadros de educação especial, o que está a obrigar as escolas a recorrer a soluções de menor qualidade para dar resposta aos alunos com NEE.
- iv. **Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC):** Consideram urgente uma reflexão sobre a natureza, organização, recrutamento de professores e pagamento dos mesmos. Consideram que as actividades deveriam pós lectivas ser lúdicas e culturais e não um prolongamento das actividades escolarizadas, que se traduz num aumento de desconcentração e indisciplina dos alunos por sobrecarga de horas escolares; defendem a integração do Inglês no currículo dos alunos do 1º ciclo e não nas AEC.

Alertam para a responsabilidade política do ME em relação aos professores, seu recrutamento e pagamento. São os municípios que promovem as AEC mas, muitas vezes, por não estarem vocacionados para esta responsabilidade, contratualizam a promoção das AEC com entidades privadas que não têm os devidos cuidados com o recrutamento dos professores para as mesmas, chamam-nos “técnicos das AEC”, mas são professores, não sujeitos a regras claras de recrutamento e, no entanto, como o tempo de serviço prestado nas AEC lhes conta para efeitos de recrutamento nos concursos nacionais de professores, passam à frente de outros colegas docentes que não tiveram oportunidade de se apresentar aos recrutamentos para as AEC. Referem que há legislação de recrutamento destes técnicos, que não é do âmbito do ME, mas que é a DGRHE que produz os seus instrumentos.

Consideram necessário que se criem condições de fiscalização das AEC, de regularização do recrutamento e pagamento aos professores que prestam funções nas AEC e que se estudem

M  
14

os impactos do exercício deste tempo de serviço nos concursos de recrutamento de docentes para os ensinos básico e secundário.

- v. **Direitos sindicais:** Lembram que a actividade sindical faz parte da vida democrática das sociedades e consideram que os sindicatos de professores deviam ter uma medição da representatividade sindical para efeitos negociais. Referem que o ME chegou a contabilizar que a FENPROF tinha mais sindicalizados do que o conjunto das outras representações sindicais, mas que isso nunca se reflectiu na composição das mesas negociais, o que, por exemplo, sucede em Espanha. Referem que estiveram de acordo com a moralização, mas não concordam com a fixação de um tecto de 10.000 sócios acima do qual o tratamento é igual pois consideram que isso impede o reconhecimento da representatividade, até porque há distritos que pelas suas características geográficas têm necessariamente números mais limitados de associados que outras mais densamente povoadas.

Referiram ainda o problema de haver docentes que estão com faltas injustificadas por terem ido a reuniões sindicais dado na anterior legislatura se ter passado a interpretar que as mesmas teriam que ser realizadas no local de trabalho. Há 34 anos que refere que o ME sempre interpretou a Lei, reconhecendo que o local da reunião sindical seria o que fosse considerado apropriado pela organização sindical. Como os sindicatos não conseguem, em muitos casos, fazer as reuniões em todos locais de trabalho dos docentes, há alguns destes, particularmente docentes do pré-escolar e do primeiro ciclo que se encontram com faltas injustificadas por esta razão. Solicitam que se mantenha sobre este assunto a interpretação da lei que já vigorava há 34 anos e que nunca deu origem a este tipo de problemas que envolve os próprios, o Ministério, os Sindicatos e os Tribunais.

Pedem que seja recuperado o artº 38º do ECD, recentemente retirado, e que assegurava que o dirigente sindical, tal como outros professores em diversas actividades fora da escola, não seria prejudicado nem beneficiado pelo exercício das suas funções, pois a estas eram consideradas de interesse público.

- vi. **Estatuto da Carreira Docente (ECD):** Transmitiram que as negociações não correram bem, sentiram que os sindicatos foram maltratados e que a carreira docente foi desvalorizada. Informaram que a FENPROF, no âmbito da Plataforma Sindical, contribuiu para a construção de uma proposta de avaliação de desempenho elaborada pelos seus onze sindicatos e que,

nesse âmbito, prescindiram de aspectos importantes para si, mas tendo em vista um acordo que nunca ocorreu (consta do dossier apresentado) decidiram fazer a aproximação possível. A grande questão, no seu entender, é a divisão da carreira que decorre também da forma como foi realizado o concurso para professor titular. A situação gerou problemas organizacionais e relacionais às escolas e aos professores, em que se sente que o que foi feito não foi para concentrar as funções mais importantes em quem tem mais mérito mas sim para resolver problemas de disponibilidade financeira do Governo. A revisão da carreira docente é, no seu entender, necessária.

Consideram ainda que a prova de ingresso significa que o Ministério não acredita na formação dos professores e que, se assim é, deve avaliar-se a formação de professores, tal como sucede com as avaliações do ensino superior a outros níveis; isto é, não se deve centrar o problema nos professores que saem formados, mas sim nas instituições que os formam. Identificaram ainda problemas relacionados com a idade de aposentação dos professores e consideram que deveria ser criado um regime específico de aposentação para a profissão docente.

Consideram fundamental a revisão do Estatuto da Carreira Docente.

- vii. **Avaliação de Desempenho Docente (ADD):** Concordam que é necessária, que tem que ser um processo sério, exigente, rigoroso, determinado pelo mérito e não por mecanismos administrativos. Lembram que o Conselho Científico para a Avaliação de Professores (CCAP) identificou no seu relatório constrangimentos ao que estava a ser implantado no terreno. Consideram que o modelo introduziu conflitualidade e instabilidade, afectou o funcionamento das escolas e hoje está desacreditado, tendo, no seu entender, as quotas contribuído para isso. Consideram que o modelo não tem exequibilidade (em dois anos nunca se conseguiu integralmente aplicá-lo, nem mesmo na versão simplificada) e que, além disso, nas simplificações do modelo o mesmo foi perdendo o que era pedagógico e deixando prevalecer o que era burocrático. Não exigem a suspensão do modelo na aplicação do seu 1º ciclo, pois este, na prática, já terminou, mas falam em suspender no sentido em que não se deve prosseguir com o modelo

para o 2º ciclo avaliativo. Deve ser concluído o 1º ciclo avaliativo, devendo ser anulados os seus efeitos, nomeadamente no concurso, já dos professores contratados.

Pretendem que se garanta que todos os professores sejam avaliados, o que não está a acontecer. Levantam ainda problemas relacionados com as circulares da DGRHE e com a fixação de objectivos (responsabilidade não imputável aos próprios professores, pois para estes era referido que o poderiam fazer ou não, nada os obrigando a que o fizessem). Referem que há algumas escolas que não fixaram objectivos e que há processos em tribunal relacionados com essa situação.

Sugerem que por uma razão de constitucionalidade e de não haver diferença entre as escolas se assegure que as escolas concluam os respectivos processos de ADD do 1º ciclo.

Consideram que uma alternativa ao actual modelo de ADD não podendo demorar algum tempo a surgir, poderá ter uma solução intermédia, ainda que de carácter transitório, e referem que a FENPROF pode apresentar proposta nesse sentido.

Exprimem o desejo que se altere a actual situação em que a escola é um local de desconforto de onde os professores querem sair o mais depressa possível. Assim tem sucedido terem saído precocemente da escola professores de grande qualidade, com prejuízo para os próprios com pensões de aposentação reduzidas, para a escola e para os alunos.

A FENPROF mostrou-se disponível para iniciar com o ME um diálogo aberto de revisão da ADD tendo em conta o que já decorreu sobre este modelo, o trabalho produzido pelo Conselho Científico para a Avaliação de Professores, o trabalho da OCDE e também as propostas da FENPROF sobre a matéria.

O Secretário-Geral apresentou à Ministra da Educação um dossier com um conjunto de matérias que deverão ser reflectidas e alteradas na Legislatura, bem como as conclusões do recentemente realizado Conselho Nacional da FENPROF.

A Ministra da Educação agradeceu a abertura transmitida e a forma como as questões foram apresentadas, não apenas as directamente relacionadas com a agenda desta reunião, mas também as que se inserem num quadro global de questões de política educativa. Transmitiu que pretende entabular um diálogo aberto com as organizações sindicais e que tem como objectivo alcançar com estas um rápido entendimento que beneficie as escolas e a educação em Portugal. Referiu também que em termos de

Estatuto da Carreira Docente e de Avaliação de Desempenho Docente devemos manter os pés no presente, e pensar no futuro. Isto é, ter em conta a legislação em vigor que deve ser cumprida. O primeiro ciclo da Avaliação de Desempenho Docente deverá ser cumprido no respeito pela lei, pelas escolas e por todo o trabalho já desenvolvido. Referiu ainda que com base no trabalho das escolas e nos contributos do Conselho Científico para a Avaliação de Professores, da OCDE e de outras entidades, tal como no diálogo com as organizações sindicais, o ME irá manter aberta uma reanálise da Avaliação do Desempenho Docente e da Carreira Docente.

Clarificou que deverá ser analisada a articulação entre as duas vertentes – Carreira e Avaliação de Desempenho - e trabalhar este assunto com os parceiros. O objectivo é ouvir toda a gente, analisar todos os cenários e construir-se em conjunto algo em que os próprios professores se revejam. Expressou ainda o seu desejo de se alcançar uma solução para a Avaliação de Desempenho Docente, se possível evitando um período transitório.

A Ministra da Educação encerrou a reunião informando que após esta primeira ronda de contactos com as organizações sindicais a todas será enviada uma proposta de calendário e de metodologia para as negociações, documentos que serão objecto de análise e acordo entre todas as partes envolvidas: Ministério da Educação e as organizações sindicais representativas dos docentes.

A FENPROF solicitou desde já que, se possível, as reuniões que a envolvessem tivessem lugar durante a tarde por ter representantes das Regiões Autónomas e também para facilitar que alguns dos seus dirigentes sindicais não tenham que faltar às aulas.

A Ministra da Educação informou que seria tomada boa nota da situação e agradeceu a presença de toda a delegação da FENPROF bem como a respectiva disponibilidade para as negociações que se irão iniciar.

Constituem anexos da presente Acta os documentos entregues pela FENPROF durante a reunião.

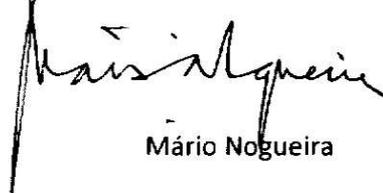
Assinam, validando esta Acta, os chefes de cada uma das delegações:

**A Ministra da Educação**



Isabel Veiga

**O Secretário-Geral da FENPROF**



Mário Nogueira